

MEMÓRIAS DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA CONDE FERREIRA EM CASTELÕES DE CEPÊDA - 1920-1950

Rosa do Céu BASTO

Introdução

A escola Conde de Ferreira, em Castelões de Cepêda, foi palco das vivências singulares que estudamos. O espaço da escola foi revisitado através das entrevistas a idosos sobre a sua vida de crianças, associadas à frequência da escola Conde de Ferreira, em Castelões de Cepeda, e de documentos diversos, e através desse aprofundamento, pensamos contribuir para um melhor conhecimento quer da escolarização da infância em Portugal, quer da condição social da criança-aluno. Pretendeu-se conhecer as vivências do quotidiano das crianças e as sociabilidades na escola e na família, decorrentes do processo de escolarização empreendido ou alargado com a existência da escola Conde Ferreira. Para isso recolhemos memórias da frequência da escola no período entre 1920-1950, que cruzamos com notícias, fotografias, espólio da escola, objetos e materiais de arquivo, que encontramos. O cruzamento de todos estes dados recolhidos permitiu uma compreensão mais alargada das vivências das crianças em contexto semi-rural e a forma como a escolarização do quotidiano dessas crianças, hoje pessoas idosas, marcou as suas vidas.

Para relacionar este espaço físico e educativo, com as vivências das crianças escolarizadas, consideramos pertinente o estudo do processo de criação da escola Conde de Ferreira e o impacto social que teve, sendo que foi o primeiro edifício construído para ser escola nesta vila. O concelho de Paredes é na actualidade um dos concelhos do país com mais população jovem, no entanto, apresenta uma elevada taxa de insucesso e de abandono escolar. Que experiências passadas terão contribuído para a pouca valorização da escola, que levam à aceitação hoje do insucesso e abandono escolar na freguesia? Pensamos, assim, poder alargar a compreensão deste problema e contribuir para um maior conhecimento da comunidade local, como viu a escola e a infância e facilitar o desenvolvimento de projectos de intervenção social, educativa e cultural, com vista ao empoderamento da

mesma comunidade. Assim, a História da Educação constitui-se como um elemento decisivo para a compreensão da realidade educativa na atualidade, ajudando à tomada de decisões mais informadas, que apoiem a construção da identidade local e o desenvolvimento local sustentável.

O contexto de estudo: caracterização do concelho de Paredes no período em estudo

O concelho de Paredes integra o distrito do Porto, é formado por 24 freguesias e dista aproximadamente 30 Km da cidade do Porto, a cuja comarca e diocese também pertence. Castelões de Cepêda é a freguesia sede do concelho de Paredes, que como centro mais urbanizado, num contexto rural, é de algum modo um espaço semi-rural. Na primeira metade do século XX, a estrada nacional nº 33, que atravessa a Vila de Paredes e liga Porto a Vila Real era uma das mais importantes do concelho. Existiam outras vias de comunicação, nomeadamente estradas distritais que faziam a ligação entre as freguesias e destas a outros concelhos. A linha férrea que ligava a cidade do Porto a Penafiel passou a servir a Vila de Paredes a partir de Julho de 1875¹, apresentando especial importância como via de comunicação e de promoção do desenvolvimento da vila.

Relativamente à instrução primária o concelho possuía na década de vinte um parque escolar que não cobria todas as freguesias. Em 1942, *O Plano dos Centenários*² dava conta da existência, no concelho, de 37 salas de aula, um quadro mais animador, comparado com o que acontecia na década de vinte, dado que existiam apenas 21 salas de aula para as 24 freguesias do concelho.

É neste quadro geográfico-administrativo que as pessoas entrevistadas vivem e viveram, sendo que os dados coligidos e interpretados remete-nos a um contexto de vida que vai sendo produzido e reproduzido ao longo do tempo.

A criação da Escola da Vila de Paredes - Escola Conde de Ferreira, Castelões de Cepêda

Ao longo do século XIX, o Estado Português legisla sobre a educação e procura sobretudo estimular o poder e a bruguesia local a promover a instrução primária, como forma de colmatar a falta de investimento central. Porém, só na segunda metade do século XIX a intervenção do Estado parece dar alguns resultados. Toda esta acção legislativa e regulamentar foi acompanhada pela vigilância da aplicação de normas através dos inspectores de educação nomeados pelo Estado. Apesar de nas décadas de

1 *Monografia de Paredes*, Barreiro (1922:32 e 177).

2 *O Plano dos Centenários* (1942:13-19).

30 e 40 do século XX os edifícios escolares exibirem placas com inscrição *Património do Estado*, a responsabilidade da gestão dos edifícios esteve em várias épocas a cargo dos municípios. Com poucos recursos financeiros, as Câmaras Municipais, sentiam dificuldades em assumir alguns compromissos relacionados com a educação, nomeadamente a construção de edifícios para esse fim e o pagamento aos professores. Os apelos à burguesia local com a atribuição de títulos, na monarquia, ou louvores já na República, e a possibilidade de indicarem o primeiro professor para uma escola doada, tiveram algum eco. Foram várias as iniciativas de filantropos, regressados do Brasil, que contribuíram para a aquisição de terrenos, para a edificação de escolas e para o seu apetrechamento.

Em Portugal, a partir de 1836 aparecem publicados os primeiros desenhos de «casas para escola» e com o testamento do benemérito Conde de Ferreira (1866) o Estado acabou por estabelecer as normas a que deviam obedecer a construção de escolas de primeiras letras. As disposições testamentárias, segundo as quais os edifícios a construir deviam obedecer a uma mesma planta, por razões de eficácia económica, inauguraram uma tipologia própria. A carta régia veio impor algumas condições, como a salubridade, o arejamento, a iluminação, as técnicas de construção, a localização e definição dos espaços. A planta adoptada nas Escolas Conde Ferreira serviu de modelo às construções escolares no século XIX.

O legado do Conde de Ferreira assume uma enorme importância para a educação, apesar de se desconhecer o autor da planta dessas escolas. Margarida Felgueiras refere que «o primeiro e o mais significativo aspecto do Legado do Conde Ferreira para a Educação, para além do montante envolvido, é ter obrigado o Governo a legislar sobre as normas a que deveria obedecer uma casa de escola para a instrução elementar e seu mobiliário (Lei de 27/6/1866).» (2009:30). Esta Lei veio impor uma série de mudanças, nomeadamente a separação física entre o local onde se ensinava e a residência de quem o fazia, pois até à época não havia uma distinção clara entre o espaço de ensino e a casa do professor. Esse facto contribuiu para a dignificação da função do docente e melhoria das condições de vida de alguns docentes.

Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira, foi um dos muitos «*brasileiros* que ao longo do século XIX retornaram a Portugal muitos deles desenvolvendo ainda um papel dinâmico na sociedade de partida, aplicando os seus novos conhecimentos e/ou os seus capitais.» (*Idem*, 2004:213).

A construção da escola Conde de Ferreira: as dinâmicas locais e as suas gentes

A Escola Conde de Ferreira, também denominada pela população como a Escola da Vila, fica situada no centro da cidade de Paredes, e apresenta-

se como a mais antiga instituição escolar da cidade. Teve origem no legado do benemérito Joaquim Ferreira dos Santos, mais conhecido por Conde de Ferreira, sendo também de destacar os donativos de alguns particulares e beneméritos emigrados no Brasil, que contribuíram para a sua edificação. Os representantes da Câmara Municipal de Paredes tomaram conhecimento do legado a 5 de Junho de 1866, tendo ficado registado em acta que o falecido Conde de Ferreira tinha deixado um legado para a construção de «Casas para a Escola de meninos»³. A escola terá sido concluída em 1869/70. Anexo a este edifício foi posteriormente edificado um ginásio em 1893, numa época em que se debatia a introdução dos exercícios ginásticos e a iniciação militar nas escolas, sendo este um elemento que também lhe confere singularidade, uma vez que devem ter sido muito raras as escolas a tê-lo.



Escola Conde de Ferreira, Castelões de Cepêda, 1936.
Fotografia gentilmente cedida pelo professor Joaquim Leal.

Décadas mais tarde o edifício passa a ter, para além de casa escolar, outra função. A 2 de Março de 1884, é publicado no jornal local, *O Paredense*, a notícia de que a Biblioteca Popular de Paredes, abriu ao público em Fevereiro de 1882, e que «ocupava parte do edifício das escolas (...)»⁴

3 Cf. Arquivo Municipal de Paredes, Livro de Actas, (1866:21).

4 Cf. *O Paredense*, nº12, 27 de Abril de 1884, in Barreiro (1922:174).

A construção do edifício da Escola resultou da conjugação de esforços vários, desde o legado do Conde de Ferreira, à rede de apoio de emigrantes portugueses no Brasil. A boa vontade da burguesia local permitiu o sucesso da criação da escola, nomeadamente através do expropriar dos terrenos para a sua construção, mostrando ainda que a Vila de Paredes era um centro em desenvolvimento (com feira, o caminho de ferro e outras melhorias na sede do concelho), a assumir características semi-urbanas.

O edifício manteve a sua função primária até 1934, ano em que encerra para sofrer obras de conservação e remodelação, retomando as mesmas funções em setembro de 1935. Nessa data a escola passou a contar com seis salas de aula, cinco no edifício central e uma no ginásio. A criação de mais salas atendia às necessidades da população escolar. Em 1943, o Plano dos Centenários⁵ previa mais uma escola com duas salas de aula em Castelões de Cepêda, o que não se veio a concretizar. Compreender a forma como os espaços da escola se foram configurando ajuda-nos a perceber qual a importância que foi dada à educação na Vila de Paredes e que sectores sociais se interessaram por ela. O conhecimento em pormenor do espaço físico da Escola revelou-se fundamental para a compreensão do quotidiano escolar das crianças que a frequentaram.

Os Professores e o pessoal não docente afectos à Escola entre 1920 e 1950

À semelhança do Presidente da Câmara e do pároco da freguesia, os professores eram pessoas muito respeitadas na Vila, pertencendo ao grupo de pessoas com mais elevado grau de instrução. Viviam muito próximos da população local e participavam das dinâmicas sociais e culturais dominantes. Os professores que leccionaram na escola Conde de Ferreira na década de vinte eram: Adelaide Silva e António Silva que eram casados e viviam na residência da escola. No final da década de vinte era, também professora, Luísa Gonçalves das Neves; a partir de 1930 a professora Albertina Coelho Leal, e em meados da década de trinta a professora Olinda Rebelo e o professor Arménio Madureira. Na década de 40 integram o quadro de docentes os professores Joaquim Leal e Olga Paiva. Os professores que leccionaram entre 1920-1950 viviam na freguesia de Castelões de Cepêda, embora alguns fossem de fora, e desde cedo iniciaram a atividade nesta Escola, onde muitos permaneceram até à idade da reforma. Todos fizeram a sua formação durante o período da República, à excepção de António Marques da Silva e de Luísa Gonçalves das Neves, que completaram a sua formação ainda no decurso da Monarquia. Sabemos que a maioria fez formação na Escola Normal Primária do Porto.

A população tinha enorme consideração pelos docentes, mas apesar deste

5 Cf. *Mapa Definitivo das Obras das Escolas Primárias. Plano dos Centenários*, (1943:9).

apreço, a situação material dos professores era deficitária, pois viviam de magros vencimentos, situação que se agravou ainda mais com a mudança de regime e com a liquidação de qualquer possibilidade de reivindicação sindical.

As antigas funcionárias da escola fizeram parte do rol de adultos que interferiram activamente no quotidiano das crianças escolarizadas de Castelões de Cepêda. A dedicação destas funcionárias aos alunos/as está muito presente nos depoimentos recolhidos, salientando-se a convergência de opiniões acerca das mesmas.

«A Ritinha e a Lucindinha eram muito boas, não tinham nada a ver com os professores, eram amigas. Só temos a dizer bem.»⁶



Da esquerda para a direita: professor Joaquim Leal, professora Olinda Rebelo, professora Albertina Coelho, professora Luísa Neves e professor Arménio Madureira. 1 de Maio de 1941. Fotografia gentilmente cedida pelo professor Joaquim Leal.

⁶ Entrevista a José Maria de Sousa Ferreira Alves, realizada em Paredes a 7 de Janeiro de 2011. Nasceu em Paredes, em 12 de Junho de 1933. Para este entrevistado usaremos a sigla JMSFA.

O quotidiano escolar entre 1920-1950 em Castelões de Cepêda, Paredes

Analisamos as práticas quotidianas de antigos alunos/as, hoje idosos/as, da Escola Conde de Ferreira de Castelões de Cepêda. Assim, através das memórias que recolhemos, ilustramos o seu quotidiano quando crianças, tempo de vida em que a escola ocupou um lugar valioso mas ambivalente, ora de alegrias, ora de tristeza e mágoas. A globalidade das entrevistas é o cerne deste trabalho, de forma a tratar duas categorias centrais: as características das famílias de origem das pessoas entrevistadas e as sociabilidades das crianças na família em espaço semi-rural, as sociabilidades das crianças na escola em espaço semi-rural.

Os interlocutores da pesquisa e atores do quotidiano que conhecemos no decurso da investigação foram dezasseis dos antigos alunos, que frequentaram a Escola Conde de Ferreira e que conosco gentilmente colaboraram, tendo sido desafiados a invocar as memórias do tempo da infância vivida na escola e na família. São dez homens e seis mulheres, nascidos entre 1914 e 1943, que identificamos pelos nomes próprios, com a sua autorização explícita.

O quotidiano familiar em ambiência semi-rural: a situação das crianças

Crianças esquecidas, «despercebidas» como é comum relatarem-nos, foi assim a infância de muitas crianças que nasceram e viveram num período marcado pelos minguados cuidados prestados pela família e pela sociedade em geral. A fome, a escassez de alimento e a doença batiam à porta de muitas famílias eram experiências correntes para a maior parte das crianças portuguesas. A vida em Portugal decorria em condições difíceis e permitidas, vivia-se o período duro da Ditadura. No contexto semi-rural em estudo a população vivia com muitas dificuldades, predominando a rudimentar atividade agrícola de subsistência. A dura realidade é que as famílias com poucos recursos precisavam do trabalho dos filhos, sendo o trabalho infantil socialmente aceite como natural à sua condição social. O semanário oficial *A Escola Portuguesa* refere o seguinte: «Esta gente não tem que vestir e calçar, nem uma sopa para dar aos filhos, e por isso os manda com os gados dos lavradores ou os utiliza nos serviços domésticos.»⁷

«Na nossa zona os miúdos com 8/9 anos trabalhavam muito no campo e levavam o gado a pastar.»⁸

Ir à escola era um luxo a que muitas crianças não se podiam dar, mesmo sendo obrigatória a escolarização. A socialização da maioria dos/as antigos/

7 *A Escola Portuguesa*, nº35, de 6 de Junho de 1935.

8 Entrevista a Arménio Azevedo Sousa Madureira, realizada em Paredes a 22 de Setembro de 2010. Nasceu a 5 de Setembro de 1931. Para este entrevistado usaremos a sigla AASM.

as alunos/as, sobretudo os/as que provinham de famílias que se dedicavam à agricultura, ocorreu num cenário em que o trabalho rural, não mecanizado, exigia grande quantidade de mão-de-obra. A jornada de trabalho agrícola era longa e para as crianças estavam reservados os trabalhos mais leves no campo, como acompanhar o gado ao pasto.

«De manhã, antes de ir para a escola, eu levantava-me muito cedo, na maioria das vezes estava escuro, levava o gado a pastar, as cabras. (...) Depois vinha para casa comia o caldo branco e ia para a escola. Em minha casa trabalhava-se.»⁹

Para a generalidade das famílias que dão corpo a este estilo de socialização das crianças, mandar os filhos à escola não era uma necessidade primária, pois a actividade agrícola ainda não exigia grande domínio da técnica de escrita. Contudo, parecia existir já a consciência de que o saber escolar - ler, escrever e contar - importava, o que para a época era louvável sendo pertinente salientar que eram sobretudo as mães quem mais impulsionavam os filhos para a frequência da escola, sobretudo as que não tiveram oportunidade de usufruir da instrução primária e sentiam na pele as dificuldades de quem não sabe ler nem escrever e a exclusão social que tal condição acarreta.

«Anda lá depois que sois burros como nós. Era o que a nossa mãe nos dizia muitas vezes: Depois quereis saber uma letra e não sabeis.»¹⁰

À excepção de meia dúzia de famílias que viviam na Vila, a maior parte das famílias era pobre e os seus depoimentos relativamente aos recursos económicos dos pais são unânimes. José Maria de Sousa Ferreira Alves refere que «era uma época dura. Era miserável, eu descalço, mas quase todos andavam assim. De inverno íamos de socos. (...)»¹¹.

Os encargos com a educação constituíam uma despesa muito elevada para um orçamento familiar demasiado magro. Era comum as famílias numerosas viverem numa situação económica mais precária, que muitas vezes impossibilitava a instrução dos filhos e a frequência da escola. Esta situação, que se verifica nas diferentes décadas em estudo, é confirmada por Joaquim Pinto, que afirma só ter ido à escola porque «era fraquito e tinha bronquite». Acrescenta, ainda, que os seus dez irmãos «não foram à escola porque precisavam [os pais] dos filhos para trabalhar no campo.» Eram as

9 Entrevista a Acácio Adélio Alves Teixeira, realizada em Paredes a 12 de Setembro de 2010. Nasceu em Paredes, a 12 de Novembro de 1934. Para esta entrevistada usaremos a sigla AAAT.

10 Entrevista a Maria Júlia Alves Teixeira, realizada em Paredes a 7 de Junho de 2010. Nasceu em Paredes, a 20 de Novembro de 1937. Para esta entrevistada usaremos a sigla MJAT.

11 Entrevista a JMSFA, 7 de Janeiro de 2011.

raparigas as mais afectadas com a deficitária situação económica vivida pela esmagadora maioria das famílias da época, pois era comum traduzir-se na não frequência escolar ou as meninas não completarem a instrução primária. Embora com pouca visibilidade, o trabalho doméstico era a profissão de muitas meninas, pois a sua ajuda era preciosa e quase insubstituível.

«As raparigas nem sempre iam para a escola, ou iam, e quando chegasse à terceira classe saíam. Lá nisto eram postas de parte, ficavam sempre com os trabalhos domésticos a ajudar a cuidar dos irmãos, era assim (...)»¹²

O caminho de ida e volta da escola representava, para quase todos os ex-alunos que entrevistamos, momentos em que gozavam de alguma liberdade e surgia possibilidade de brincarem. O que é mencionado com relativa frequência, comum às três décadas, é a inexistência de brinquedos. A imaginação e a criatividade ditavam as brincadeiras da época. Foi narrado, por um aluno que frequentou a escola na década de 20, que as brincadeiras eram simples, «nessa altura nada tínhamos, era a corrida.»¹³ Outra aluna que frequentou a escola na mesma década aponta, também, a inexistência de brincadeiras complexas: «brincávamos, saltamos à corda, não havia outra coisa naquela altura»¹⁴.

As corridas, o jogo do pião, o jogo do botão e a corda, atravessam todas as épocas e parecem ser as brincadeiras favoritas dos/as antigos/as alunos/as. Outros/as alunos/as aproveitavam as condições climatéricas e criavam diversões, sendo que este tipo de brincadeira foi referida várias vezes: «Com chuva tirávamos as meias e pegávamos nos socos nas mãos e vínhamos no rego da água.»¹⁵

Podemos afirmar que o percurso entre a casa e a escola pode ter sido rico em sociabilidades infantis. Contudo, importa considerar o depoimento de alguns alunos que referem não ter havido lugar às brincadeiras no caminho da escola, por razões que o depoimento de um antigo aluno esclarece: «Era controlado. (...) Lembro-me dos pais já estarem à espera deles para ir trabalhar no campo. Não havia tempo para brincar, se demorassem muito levavam porrada. O trabalho esperava-os.»¹⁶

A Escola como cenário do quotidiano escolar

A Escola permaneceu ao longo dos anos em bom estado de conservação, possuindo mobiliário apropriado e em número suficiente para os alunos/

12 Entrevista a JF, 20 de Agosto de 2010.

13 Entrevista a Alfredo Ribeiro de Sousa, realizada em Paredes a 23 de Julho de 2010. Nasceu em Paredes, a 6 de Dezembro de 1914. Para este entrevistado usaremos a sigla ARS.

14 Entrevista a MRLG, 13 de Setembro de 2010.

15 Entrevista a MFAT, 22 de Setembro de 2010.

16 Entrevista a AASM, 22 de Setembro de 2010.

as que a frequentavam, de acordo com os parâmetros da época. A única observação que os/as antigos/as alunos/as fizeram com relativa frequência foi a falta de aquecimento na escola.

«As salas eram muito frias. Era muito frio, às vezes nem conseguíamos escrever.»¹⁷

Aníbal Ruão descreve a sala de aula fazendo uma alusão aos objectos que estavam nas paredes: «Nessa altura tínhamos uma fotografia do Salazar e tínhamos o crucifixo [pausa]. Naquela altura tínhamos o Salazar e o Carmona.»¹⁸

A separação das crianças tendo em conta o género era uma posição ideológica claramente assumida na política educacional do Estado Novo, sendo cumprida na íntegra, tanto no interior da sala, como no recreio e mesmo aquando das actividades promovidas no âmbito da Mocidade Portuguesa.

As diferenças marcadas pelas distintas classes sociais eram esbatidas pelo uso obrigatório da bata branca. O Estado Novo impunha esta prática, uma vez que encobria as desigualdades chocantes e a pobreza. As fotografias da década de 30 vieram confirmar o uso de bata branca pelos rapazes, tal como refere Margarida Leal: «Eram batas, naquela altura era uma miséria, era uma forma de não se notar a desigualdade nas escolas.»¹⁹



Alunos em frente à Escola Conde de Ferreira, 1942.
Fotografia gentilmente cedida por Augusto Ruão.

17 Entrevista a MPVS, 14 de Janeiro de 2011.

18 Entrevista a Aníbal Augusto Barros Ruão, realizada em Paredes em 17 de Setembro de 2010. Nasceu a 15 de Março de 1927. Para este entrevistado usaremos o acrónimo AABR.

19 Entrevista a MMCL, 18 de Agosto de 2010.

A disciplina configura relações de poder e de resistência. Dentro da sala a disciplina era imposta pelo professor, no recreio pelo professor e pelas funcionárias, e circunscrevia-se a acções punitivas: verbais ou físicas. O Estado pretendia que as crianças fossem submetidas a uma severa disciplina, quer na escola quer em contexto familiar. A família ideal salazarista era uma estrutura impenetrável e dominadora regulada por uma política governamental que encorajava a severidade, como nos sugere os seguintes depoimentos: «Os meus pais entregaram-me à professora e disseram-me – cuidado porta-te bem, apanhas aqui e apanhas em casa.»²⁰, e ainda, «Se um aluno chegasse a casa e dissesse alguma coisa aos pais levava outra vez em casa.»²¹

As memórias e o tipo de castigos são comuns às três décadas e são partilhados pelos antigos/as alunos/as que entrevistamos com um sentimento de reprovação e angústia. O medo dos castigos tomava conta das crianças e «era por isso que alguns fugiam da escola.»²² As ideias tradicionais e a ideologia oficial levavam muitos pais a aceitar os castigos corporais como necessários, e na maioria dos casos mesmo que alguns se queixassem, a atenção atribuída ao facto era ínfima, pois na maioria dos casos ninguém lhes mostraria qualquer espécie de compreensão. No entanto, alguns depoimentos referem a intervenção dos pais perante os actos anti-pedagógicos e bárbaros que os professores/as adoptavam, sendo evidente que estes pais se reportavam a classes sociais melhor informadas e com poder económico para enfrentar os professores, deles fazer queixa às autoridades e fugir à escola pública, se fosse o caso:

«A minha mãe nunca fez queixa não é, mas o Dr. Machado e certas meninas ricas, não é, os pais levavam-nas logo ao médico e depois ia tratar-lhe [às/aos professores/as] da saúde, [pausa]. Parece-me que foi nessa altura que algumas crianças saíram da escola»²³

Este depoimento indicia atitudes diferentes da parte dos pais, que se reportam a grupos sociais também diferenciados.

A miséria em que algumas famílias viviam e a falta de acompanhamento por parte dos pais era, na opinião de muitos alunos, apontada como responsável pelo fraco rendimento escolar e pela falta de concentração dos alunos em contexto de aula.

A Mocidade Portuguesa que o regime do Estado Novo cria em 1936 pretendia perpetuar junto das camadas mais jovens os valores e filosofia

20 Entrevista a ABR, 7 de Setembro de 2010.

21 Entrevista a AASM, 22 de Setembro de 2010.

22 Entrevista a JRP, 9 de Fevereiro de 2011.

23 Entrevista a MJAT, 7 de Junho de 2010.

autoritários do regime, funcionando como uma «máquina discreta» de controlo das camadas mais jovens da população. Também, em 1936²⁴, surge o livro de leitura único, mais uma política centralista que o Governo de Salazar cria, sob o pretexto de simplificar a vida das famílias portuguesas, uma vez que o livro passaria de um filho/a para outro, diminuindo os custos de edição. Esta medida pretendia fazer do livro escolar um instrumento de propaganda ideológico. Acima de tudo, o Governo garante que os ensinamentos e princípios que constavam das suas páginas fossem difundidos massivamente. Adquiridos de uma forma «natural» na infância, constituiriam o repertório cultural e mental básico da população.

Ir à escola era para muitos uma oportunidade de estar com outras crianças, de brincar e de fugir ao trabalho duro a que estavam sujeitas em casa. A motivação para ir à escola advinha da oportunidade de ter tempo para o lazer e o divertimento, não sendo a escola associada a um espaço de aprendizagem como comprova o seguinte depoimento: «Eu gostava da escola porque a gente brincava (...), em casa era mais trabalhar, trabalhava-se bastante.»²⁵ Algumas crianças tinham a percepção de que a escola era a conquista de um espaço de lazer mas também de integração, mais igualitário, onde as diferenças sociais, apesar de persistirem, por vezes eram esbatidas.

As memórias marcantes do tempo da escola destes alunos/as são na esmagadora maioria «muito más».²⁶ O temor era tal, que só os mais destemidos ousavam atentar contra as regras de funcionamento da Escola. José Maria Alves explicita de que forma a escola contribuiu para uma infância conturbada e foi palco de tristezas:

«Os professores marcaram muito a nossa infância. A D. Olinda e o Professor Madureira marcaram as crianças pela negativa. Se tivéssemos outros professores, como o Leal, talvez fosse melhor a nossa infância, ou como a Luísa e a Albertina. O tempo da escola era duro.»²⁷

A pedagogia que vigorava promovia o medo como dissuasor da indisciplina, da falta de concentração nas tarefas ou da preguiça e baseava-se na repressão, na humilhação e nos castigos corporais. A atitude de alguns professores/as provocou a desmotivação ou a fuga à escola por parte de alguns alunos/as e, ainda, levou a que outros/as a abandonassem. Importa salientar que estas práticas de ensino não foram adoptadas por todos os professores, mas parecem ter sido dominantes nesta escola.

24 Cf. Decreto-lei nº 27279, de 24 de Novembro de 1936.

25 Entrevista a MFAT, 22 de Setembro de 2010.

26 Entrevista a AMA, 12 de Fevereiro de 2011.

27 Entrevista a JMSFA, 7 de Janeiro de 2011.

«Eram muito duros, os professores eram muito duros. Íamos cheios de medo, muito medo.»²⁸

A atenuar as angústias do ambiente da escola surgem as brincadeiras de recreio que deixaram saudade e lembrá-las faz com que o olhar se ilumine de tanto entusiasmo. A partilha das brincadeiras de recreio era sempre o melhor momento da entrevista. Deliciávamo-nos a ouvir. Um dos antigos alunos descreve algumas das brincadeiras mais frequentes entre os rapazes: «(...) à barra, ao jogo do lenço, as bolas de trapos feitas com as meias. Havia pouca coisa, o pião, o botão, mas era pouca coisa e o tempo era pouco para brincar.»²⁹

As raparigas tinham brincadeiras muito diversificadas: *«Brincávamos à corda, e também o À À À minha machadinha e o Cupidinho foi à serra, (...).»³⁰*

O aniversário dos/as professores/as fazem, também, parte dos bons momentos vividos na escola e representavam momentos de alegria, pois «se fosse os anos [do professor/a] juntávamo-nos e dávamos uma prendinha à nossa maneira.»³¹

Atendendo à escassez dos seus proventos, os professores não estavam em situação de recusar os presentes dos alunos, e estes eram muito variados, podia ser ovos, frangos, ou produtos hortícolas.



Festa de aniversário da Professora Albertina Coelho Leal, 10 de Maio de 1950. Fotografia gentilmente cedida por Margarida Leal.

28 Entrevista a JRP, 9 de Fevereiro de 2011.

29 Entrevista a JRP, 9 de Fevereiro de 2011.

30 Entrevista a MPVS, 14 de Janeiro de 2011.

31 Entrevista a MCPM, 29 de Agosto de 2010.

Os passeios escolares são referidos com muito agrado pelos/as antigos/as alunos/as, tendo representado momentos de muita felicidade, que nem as distâncias, por vezes consideráveis e percorridas a pé, faziam desanimar os alunos, pois mesmo assim, não se quebrava o encanto dos passeios escolares, como nos narra uma das antigas alunas:

«As memórias boas que tenho da escola são os passeio, dávamos passeios a pé, (...) Andávamos muito. Íamos todos os alunos, as professoras e as empregadas da escola.»³²

O teatro, realizado no âmbito da Mocidade Portuguesa, aos sábados de manhã, fazia parte das memórias mais felizes que alguns/as têm do tempo da escola.

Considerações Finais

Empreender o estudo do quotidiano de grupos sociais considerado sem importância, como geralmente são olhadas as populações rurais, as mulheres e as crianças é um desafio para os cientistas sociais e particularmente para os historiadores, uma vez que se torna mais difícil encontrar fontes que testemunhem as suas condições de existência. Daí toda a procura de indícios, de fontes, que surgem como novas, porque geralmente esquecidas ou dispensadas, por lacunares, particulares. O recurso à recolha de memórias encontra aí a sua justificação.

Os/as alunos/as representam a razão de ser das instituições escolares, no entanto, é sobre eles/as que recai o efeito das relações de poder que existem na escola. O resultado de uma inadaptação à escola por parte do professor/a, as condições impostas aos professores/as pelo poder central, como o número de alunos, a obrigatoriedade de apresentarem um número elevado de passagens, o fraco rendimento auferido no exercício da profissão, a vigilância política exercida sobre eles, a natureza pessoal de cada professor/a e a sua vida pessoal, entre outros factores, podem ser apontados como motivos para justificar o ambiente duro e triste vivido pelos/as alunos/as em contexto escolar.

Os depoimentos dos antigos alunos levam-nos a concluir que para a maioria das crianças a infância foi recheada com dificuldades que a família não conseguia suprir dada a carência generalizada vivida pela população portuguesa, e que o Estado se demitia de encontrar solução. De algum modo o ambiente escolar reflectia o ambiente de violência social que vigorava, e a que muitas famílias não escapavam. As passagens marcantes que estes adultos relatam da sua infância mostram as poucas oportunidades dadas às crianças para que o seu percurso de vida fosse risonho. As memórias da escola foram pontuadas pela descrição de um ambiente de opressão, de humilhação e de

32 Entrevista a MJAT, 7 de Junho de 2010.

castigos físicos. Os castigos eram duros e na maioria dos casos os professores/as tinham o consentimento dos pais. Foram, porém, salvaguardadas situações pontuais em que os pais intervieram, sobretudo os que tinham mais formação e de condição social mais elevada. Não seria de excluir que os professores tivessem baixas expectativas relativamente às crianças pobres e que a tomada de posição desses pais ditaria o desinteresse por essas crianças.

A escola como dispositivo social, pedagógico e cultural, salvaguardou a infância destas crianças ao retirá-las de duras jornadas de trabalho em casa, mas não permitiu a expressão livre das mesmas e que estas fossem ouvidas, quer na escola quer na família. A sobreposição da vontade dos pais e a dos professores foi uma constante na vida das crianças que este estudo abarcou. Pode afirmar-se que a escola foi instrumento eficiente na reprodução e naturalização da ideologia dominante, encobrindo a violência do Estado sob a violência dos professores. Muitos deles, talvez sem disso terem perfeita consciência, eram factores de insucesso e abandono escolar, promovendo o afastamento da escola, das camadas mais pobres da população.

Os momentos mais alegres da infância eram vividos no caminho de ida e de regresso da escola, os aniversários dos professores/as, o teatro na escola, as atividades realizadas no âmbito da Mocidade Portuguesa e as idas ao rio e romarias próximas.

A investigação promoveu o fortalecimento da memória da Escola, que se revelou fortemente negativa e nos suscita múltiplas interrogações. Até que ponto estas práticas se constituíram como uma «cultura de escola» local e de algum modo se transmitiu a outras gerações de professores e foi responsável pela pouca importância e atractividade actual da escola no concelho de Paredes. A recolha de memórias permitiu assim a (re)constituição da infância local, no espaço familiar, no espaço escolar e na própria comunidade e constitui, pelo que confirma e pelas interrogações que suscita, um contributo para a História da Educação e da infância em Portugal.

Bibliografia e Fontes

Fontes Manuscritas

ARQUIVO MUNICIPAL DE PAREDES, Livros de Actas de 1866 a 1872.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PAREDES, Correspondência expedida e recebida entre 1866 e 1872.

Fontes Impressas

Definitivo das Obras da Escola primárias. Plano dos Centenários (1943). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Legislação do ensino Primário, 1942, Apêndice IV. Educação Nacional.

O Paredense, nº12, de 27 de Abril de 1884 in BARREIRO, José (1922:174).

Paredes. A Cidade e o Concelho (1992) Edição: Câmara Municipal de Paredes.

A Escola Portuguesa, nº35, de 6 de Junho de 1935.

Bibliografia

ALVES, Luis; CORREIA, Luis; FELGUEIRAS, Margarida; PINTASSILGO, Joaquim: *A História da Educação em Portugal. Balanços e perspectivas*, Porto, Edições ASA, 2007.

BARREIRO, José: *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia Mendonça, 1922.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; GRAÇA, Odete: *Escolas Conde Ferreira. Marco histórico da instrução pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra, 2009.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; SILVA, Elizabeth: «A implantação das Escolas Centrais em Portugal». In *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Criança no Brasil.(1893-1971)*, 2006.

FELGUEIRAS, Margarida Louro: «Escola Pública em Portugal (século XVIII- XX) Problemas em debate». In LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTOS, M.I.M. (Orgs.): *A Escola Pública no Brasil. História e Historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005, pp. 109-141.

FELGUEIRAS, Margarida Louro: «Cenografias da Escolarização. Os edifícios escolares da ditadura. Contributos», *Estudos do Século XX*, nº6, (2006), pp. 153-171.

FELGUEIRAS, Margarida Louro: *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma Grande Família: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português*. Porto, Campo das Letras, 2002.

FERNANDES, Rogério: *Os Caminhos do ABC Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto, Porto Editora, 1994.

FERREIRA, António: «Crianças, Alunos e Menores. Elementos para uma compreensão da Infância em Portugal». In PINTASSILGO, Joaquim et all. (Org.): *A História da Educação em Portugal. Balanço e perspectivas*. Porto, Edições Asa, 2007.

MÓNICA, Maria Filomena: *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

PROENÇA, Maria Cândida: *Sistema de Ensino em Portugal – Séculos XIX-XX*, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

RENAUT, Alain: *A Libertação das Crianças. A Era da Criança Cidadão. Contribuição Filosófica para uma História da Infância*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

ROCHA, Cristina: «Relação escola/família: Da inevitabilidade implícita à inevitabilidade da sua explicitação». *Educação, Sociedade & Cultura* (6), (1996), pp.191-198.

SIROTA, Régine: *A Escola Primária no Cotidiano*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

VIEIRA, Joaquim: *Portugal Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.